
DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA E O PAPEL DA UNIVERSIDADE

DEVELOPMENT IN THE AMAZON AND THE ROLE OF THE UNIVERSITY

DESARROLLO EN LA AMAZONIA Y EL PAPEL DE LA UNIVERSIDAD

Igor Everton Silva Monteiro¹
João Batista do Carmo e Silva²

RESUMO:

Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento e abordará o conceito de desenvolvimento em disputa no que tange a Amazônia e a contribuição da Universidade pública, especificamente da Universidade Federal do Pará/UFPA, para essa temática. Considerada uma das maiores universidades públicas da Amazônia, a Universidade Federal do Pará (UFPA) possui grande relevância atualmente no território paraense, seja por meio do ensino, da pesquisa ou da extensão. A Universidade pública é constituída por vivências não só dos acadêmicos, mas de toda uma comunidade de moradores das cidades nas quais está inserida. Esses moradores veem nas universidades a melhoria de muitos serviços essenciais, como, por exemplo, educação e saúde, serviços, estes imprescindíveis para o desenvolvimento de uma região. Assim, o objetivo é analisar as contribuições da UFPA frente ao desenvolvimento da Amazônia. A metodologia da pesquisa é bibliográfica, com características de análise qualitativa. A justificativa dessa pesquisa passa pela possibilidade de contribuir de forma positiva e significativa para melhorar a qualidade da educação superior na Amazônia, visto que o projeto de desenvolvimento do interior do Brasil ainda tem na Amazônia seu principal desafio.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Amazônia. Universidade.

¹ Mestrando em educação e cultura, UFPA; PPGEDUC; Membro do Grupo de pesquisa Universidade na Amazônia. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-4750-5980>. Email: igormonteiro@ufpa.br

² Doutor em Educação. Docente da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura - CUNTINS-UFPA; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3170-4735>. Email: jbatista@ufpa.br



ABSTRACT:

This work is an excerpt from a master's research in development and will address the concept of development in dispute regarding the Amazon and the contribution of public universities, specifically UFPA, to this theme. Considered one of the largest public universities in the Amazon, the Federal University of Pará (UFPA) currently holds significant relevance in the Pará territory, whether through teaching, research, or extension. The public university is composed of experiences not only from students but also from an entire community of residents in the cities where it is located. These residents see universities as a means to improve many essential services, such as education and health, which are crucial for the development of a region. Thus, the objective is to analyze UFPA's contributions to the development of the Amazon. The research methodology is bibliographic, with qualitative analysis characteristics. The justification for this research lies in the possibility of positively and significantly contributing to improving the quality of higher education in the Amazon, given that the development project for Brazil's interior still sees the Amazon as its main challenge.

Keywords: Development. Amazon. University.

RESUMEN

Este trabajo es un recorte de la investigación de maestría en desarrollo y abordará el concepto de desarrollo en disputa en relación con la Amazonía y la contribución de la universidad pública, específicamente de la UFPA, a esta temática. Considerada una de las mayores universidades públicas de la Amazonía, la Universidad Federal de Pará (UFPA) tiene gran relevancia en el territorio paraense, ya sea a través de la enseñanza, la investigación o la extensión. La universidad pública se compone de vivencias no solo de los académicos, sino también de toda una comunidad de habitantes de las ciudades donde se encuentra. Estos habitantes ven en las universidades una mejora de muchos servicios esenciales, como la educación y la salud, los cuales son imprescindibles para el desarrollo de una región. Así, el objetivo es analizar las contribuciones de la UFPA en el desarrollo de la Amazonía. La metodología de la investigación es bibliográfica, con características de análisis cualitativo. La justificación de esta investigación radica en la posibilidad de contribuir de manera positiva y significativa a la mejora de la calidad de la educación superior en la Amazonía, dado que el proyecto de desarrollo del interior de Brasil aún tiene en la Amazonía su principal desafío.

Palabras clave: Desarrollo. Amazonia. Universidad.



INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento, motivado pela necessidade de discutir o desenvolvimento na Amazônia, considerando o cenário atual que essa região ocupa nos contextos mundial, nacional e local. Ao abordar o desenvolvimento, é essencial destacar o papel da universidade, uma vez que essa instituição exerce uma função fundamental não apenas no ensino, mas também nas esferas política, cultural e social.

No contexto do ensino superior brasileiro, Leher (2019, p. 44) destaca que seu desenvolvimento foi tardio em comparação com outros países latino-americanos, como México e Argentina, especialmente no que diz respeito à autonomia universitária. No México, por exemplo, já havia universidades no período colonial, o que se explica pela concepção colonial espanhola, distinta do pragmatismo português. De acordo com Martins (2002, p. 4), esse pragmatismo foi determinante para a ausência de universidades no Brasil colonial. A criação de instituições de ensino superior no Brasil só começou com a chegada da família real portuguesa, reforçando o caráter tardio desse processo educacional no país.

Todavia, embora se tenha essa característica tardia, a reforma de 68 nas universidades foi de fundamental importância para a criação da função social das universidades, baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão. Segundo Martins (2002, p.5), a reforma trouxe a tona, ideias como instituiu o departamento, a unidade mínima de ensino, criou os institutos básicos, organizou o currículo em ciclos básico e o profissionalizante, alterou o exame vestibular, aboliu a cátedra, tornou as decisões mais democráticas, institucionalizou a pesquisa e centralizou decisões em órgão federais.

Ainda segundo Martins (2002, p. 4), a função social das universidades no Brasil começou a ser planejada na década de 1920. Nesse período, a criação de universidades deixou de se limitar à formação profissional sob o controle do Estado ou

a uma educação estritamente voltada para fins políticos e controle estatal. Passou-se a refletir sobre a universidade e seu papel na sociedade. Atualmente, para uma instituição ser considerada uma universidade no Brasil, é necessária que ela atenda aos critérios da função social, além de outras exigências burocráticas.

Nos últimos 30 anos, segundo Lima (2015, p. 2), o ensino superior brasileiro passou por um significativo crescimento quantitativo, tanto no número de instituições quanto na quantidade de alunos matriculados. No entanto, como aponta o autor, esse aumento numérico não foi acompanhado por melhorias na qualidade do ensino ofertado, tampouco pelo sucesso acadêmico dos estudantes ao longo de sua trajetória na graduação.

Esse crescimento do ensino superior foi presente em todas as regiões brasileiras, de acordo com Lima (2015, p.2), por conta do plano governamental intitulado Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais onde novas instituições foram criadas e extensões de campi fora da sede foram implementados. Essa iniciativa foi de grande importância para interiorização das universidades assim como o acesso de jovens ao ensino superior, principalmente os de camadas menos favorecidas da região norte do país.

Nesse sentido, é importante destacar a missão da Universidade Federal do Pará (UFPA): *“Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável.”* Em consonância com essa missão, e segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI), a Universidade de São Paulo (USP) e a UFPA são as instituições que mais produzem pesquisas científicas sobre a Amazônia no mundo. Esse destaque se baseia em produções científicas e publicações de artigos indexados na base de dados Scopus, mantida pela editora Elsevier, no período de 2012 a 2021. Tais resultados evidenciam a relevância da UFPA para a educação e o desenvolvimento na Amazônia.

Todavia, é importante discutirmos sobre até que ponto o Estado e a teoria política influenciam as universidades brasileiras na valorização de uma educação



mercantilizada, amparada pela concepção de desenvolvimento liberal, e na desvalorização da universidade pública, gratuita e inclusiva.

REVISÃO DA LITERATURA

A universidade pública é formada não apenas pelas vivências dos acadêmicos, mas também pela participação de toda a comunidade das cidades em que está inserida. Esses moradores enxergam nas universidades uma oportunidade de melhoria em serviços essenciais, como educação e saúde. Essa relação pode ser um dos fatores que mantêm as universidades públicas de portas abertas, apesar das constantes investidas que buscam desvalorizá-las.

O acesso à universidade representa uma virada de chave para os jovens brasileiros. A escolha da instituição, do curso e a capacitação para atuar no mercado de trabalho são algumas das principais dúvidas enfrentadas pelos estudantes concluintes do ensino médio no Brasil. Nesse contexto, as universidades se destacam como um dos principais focos de desenvolvimento para os jovens. No entanto, elas não se limitam a capacitar os indivíduos que adentram seus espaços em busca de emprego. As universidades também têm um impacto significativo na formação e na permanência da identidade social, política e na valorização cultural das regiões em que estão inseridas.

Compreende-se que a universidade é uma fonte de produção e socialização da ciência. A historiografia da ciência brasileira começa com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, no século XIX, mais especificamente no ano de 1808, que incentivou a criação do Museu Nacional (1818), o Observatório Nacional (1827), a criação das escolas de ensino superior de Medicina e de Cirurgia (1808), a criação da Biblioteca Nacional (1810). Embalados pela criação deste marcos que contribuiu de forma significativa para gênese na ciência no Brasil, já no século XX, surge a Academia Brasileira de Ciência (ABC) que fomentava e divulgava a produção científica brasileira e também a criação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), o Instituto Nacional de



Tecnologia (INT), e também abrindo espaço para criação das Faculdades de Filosofia , Ciências e letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP)(1934), a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI) da Universidade do Brasil (1939). Além destes, posteriormente, surgiu em 1951 o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), todas essas criações foram de marco histórico para a produção de ciência genuinamente brasileira no campo da física, matemática, engenharia, medicina entre outras áreas do conhecimento. (Almeida, 2006, p.23).

Alguns institutos e órgãos de fomento a pesquisa surgiram antes das universidades brasileiras. É importante ressaltar que algumas universidades brasileiras foram fundadas durante a Primeira República, mas não conseguiram manter-se em funcionamento. Segundo Souza (1996, p. 51), a Universidade de Manaus, criada em 1909, surgiu no auge do ciclo da borracha, mas não se sustentou devido à falta de alunos e ao declínio desse ciclo, sendo dissolvida em 1926.

Ainda segundo Souza (1996), a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1911 foi um marco no país, pois promoveu a extensão das atividades universitárias. Essa universidade oferecia ensino em todos os níveis, adotava métodos modernos e criticava de maneira contundente as instituições superiores existentes. No entanto, uma medida do governo de São Paulo, em resposta às críticas da USP, permitiu que apenas os formados em faculdades oficiais pudessem exercer a profissão de odontologia, o que levou ao desaparecimento da universidade em 1917.

Houve também o surgimento da Universidade do Paraná, também em 1911, que, segundo Souza (1996, p. 51), não conseguiu manter-se devido à reforma educacional de Carlos Maximiliano (1915), que não garantia a equiparação das escolas superiores em cidades e capitais que não atingiam uma determinada cota populacional.

Todavia, ainda durante o período da Primeira República do Brasil, algumas universidades foram criadas e se mantiveram em funcionamento. Um exemplo é a Universidade do Rio de Janeiro (1920), que resultou da junção da Escola Politécnica, da Escola de Medicina e de uma Faculdade de Direito Livre. A criação da Faculdade de

Minas Gerais (1927) foi marcada pela união da Faculdade de Engenharia, Medicina, Odontologia e Farmácia de Belo Horizonte. Por outro lado, a Universidade do Rio Grande do Sul (1928) surgiu a partir da Escola de Engenharia de Porto Alegre (Souza, 1996, p. 51).

Percebe-se que uma característica da criação das universidades brasileiras é a junção de várias faculdades isoladas, com destaque para a Universidade do Rio Grande do Sul, que surgiu exclusivamente da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Além disso, é importante mencionar que um marco legal para a regulamentação da constituição das universidades brasileiras é o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Neste decreto, o Ministro da Educação e da Saúde Pública, Francisco Campos, cria o Estatuto das Universidades Brasileiras. Junto a esse decreto, também foram criados o Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.850) e o Decreto da Organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto nº 19.852). Esse marco regulatório foi o primeiro a estabelecer um modelo organizacional formal, um modelo de ensino e a constituição de um órgão consultivo (Rothen, 2008, p. 143).

Ainda em relação às questões de regulação, começou a se perceber as universidades na intersecção entre o processo de industrialização e a modernização do território brasileiro. Na década de 1920, observou-se o início da crise econômica decorrente das atividades do café, o que levou à diversificação dos investimentos do setor em outras áreas e criou uma demanda por urbanização e industrialização no Brasil. Esse processo originou mudanças econômicas no país e, conseqüentemente, acarretou transformações no sistema educacional brasileiro. Segundo Wolter (2016, p. 137), nesse contexto, surgem no Brasil, sob a liderança do já mencionado ministro Francisco Campos, ações voltadas para a autonomia didática e administrativa, um crescente interesse pela pesquisa, o aprimoramento do trabalhador, a inserção dos alunos no mercado de trabalho, a realização profissional dos envolvidos no processo educacional e a busca do país por um lugar entre as grandes economias industriais.

O desejo de tornar o Brasil desenvolvido industrialmente teve um grande papel para disseminação das Universidades brasileiras, haja vista que contribuiu para o

aumento de matrícula nas instituições superiores e para o alastramento dos cursos. (Wolter, 2016, p.138)

Todavia, a noção de necessidade de desenvolvimento adotada no contexto brasileiro na década de 1920 e nos anos posteriores estava muito bem articulada com os interesses liberais de foco econômico e financeiro. Embora se acredite que essa concepção liberal tenha contribuído para a disseminação das universidades brasileiras, uma nova perspectiva tende a emergir nas universidades, buscando romper com a ideia do desenvolvimento liberal. Essa nova concepção direciona o conhecimento produzido nas universidades para atender às demandas sociais de forma útil, e não apenas às exigências do mercado. Assim, pode-se problematizar que a função social das universidades vai além dos interesses do desenvolvimento oriundo do liberalismo, aproximando-se de um modelo de desenvolvimento que considere a educação como um mecanismo de transformação social, capaz de melhorar as condições da nação, do território, da sociedade e da cultura.

Fundada pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, a Universidade Federal do Pará (UFPA) foi constituída pelo marco legal da Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957. Esta universidade, assim como outras já instituídas no Brasil, foi criada a partir da junção de sete escolas superiores: a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Faculdade de Farmácia, a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais e as Escolas de Engenharia. Posteriormente, foram agregadas à universidade a Escola de Serviço Social do Pará e a Escola de Química.

Considerada a maior universidade pública da Amazônia, a UFPA possui grande relevância no território paraense, seja por meio do ensino, da pesquisa ou da extensão. Em 1985, teve início na UFPA o processo de interiorização, no qual o ambiente físico da universidade se desprende da capital, Belém, e se expandiu para diversos municípios do estado do Pará. A criação da política multicampi foi estrategicamente implementada, estabelecendo polos pelo território paraense. Atualmente, a UFPA é uma instituição federal de ensino superior organizada sob a

forma de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Ensino Superior (SESu). Além disso, segundo informações do site oficial da UFPA, a universidade é constituída por quinze institutos, oito núcleos, trinta e seis bibliotecas universitárias, dois hospitais universitários e uma escola de aplicação.

De acordo com estudos de Castro (1999, p. 33), ao longo da história da humanidade a capacidade do ser humano transformar a natureza e a relação com a natureza está diretamente ligada ao território e seus recursos. Ainda segundo Castro (1999), o avanço da economia mundial ocorreu por conta da exploração de recursos naturais e a apropriação de novas tecnologias para apropriação dos recursos naturais.

Percebe-se que junto a esse processo começa o processo de desenvolvimento do histórico do capitalismo. A busca por novos territórios, por concentração de riqueza, por novos meios naturais, por tecnologia para exploração dos novos recursos naturais, ou seja, a necessidade de avanço tecnológico, estudo e pesquisa para renovar o ciclo industrial cada vez mais.

Na Amazônia esse processo não se manifesta de forma diferente. Ainda de acordo com Castro (1999, p. 34), a busca de recursos na Amazônia- entre eles o minério, madeira, pescado, sementes e frutas, plantas medicinais e outros- por parte das empresas nacionais e multinacionais é presente. Mesmo sabendo que o desenvolvimento da pesquisa nessas empresas ocorre fora da região delimitada da Amazônia e assim acarretando muita das vezes na perda de ganhos econômicos para região que compõem a Amazônia.

Uma reflexão de suma importância a ser levantada nesse contexto é a disparidade que se apresenta entre as regiões. Os grandes polos de produção de ciência e tecnologia, tanto nacional quanto internacional, continuam se distanciando ainda mais. Segundo Castro (1999, p. 34), o Brasil poderia avançar na produção de conhecimento, especialmente no que diz respeito à biodiversidade; no entanto, observa-se que os grandes detentores de riqueza convergem para a reprodução do desequilíbrio regional. Mello (2007, p. 17) destaca que não há futuro para a Amazônia sem desenvolvimento científico e tecnológico que emerja da própria região. Ele

argumenta que o Norte do Brasil necessita de mais universidades, que sejam cientificamente produtivas, progressistas e consolidadas em todas as áreas do conhecimento. Além disso, concorda-se com Mello (2007) ao afirmar que o Norte precisa de uma rede universitária que esteja à altura do desafio e da importância geopolítica da Amazônia.

Em um mundo em que o conhecimento e a informação são a base para sustentar a nova ordem mundial e gerar dinâmicas econômicas, a produção de ciência é encarada como o motor da prosperidade. Nesse sentido, a produção científica na Amazônia é condição *sine qua non* para qualquer salto civilizatório. Assim, concorda-se com Mello (2007, p. 22) ao afirmar que não há futuro para o Brasil sem a Amazônia. Tanto o Brasil quanto a Amazônia dependem do conhecimento que será gerado e socializado na região mais estratégica do mundo. Por isso, justifica-se a implantação de mais universidades sólidas e eficientes no Norte do país.

Divergindo dessa corrente e se contrapondo à lógica de desequilíbrio regional no que se refere à pesquisa e ao desenvolvimento científico na Amazônia, a constituição das universidades no país fortalece a oposição a esse desequilíbrio, que se manifestou primeiramente na década de 1920 com a criação da primeira universidade no Brasil, conferindo maior notoriedade à ciência e à pesquisa nacional.

Posteriormente, na década de 1950, a implementação de universidades na Amazônia representou um avanço significativo. A primeira universidade na Amazônia, de acordo com Gomes (2011, p. 56), foi a UFPA (1957), seguida da Universidade Federal do Amazonas (1962), Universidade Federal do Maranhão (1966), Universidade Federal do Mato Grosso (1970), Universidade Federal do Acre (1974), Universidade Federal de Rondônia (1982), Universidade Federal do Amapá (1987), Universidade Federal de Roraima (1989), Universidade Federal do Tocantins (2000), Universidade Federal Rural da Amazônia (2002), Universidade Federal do Oeste do Pará (2009) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (2013). Além disso, Gomes (2011, p. 59) destaca que a Amazônia Legal compreende, dentro do território brasileiro, 182 instituições de ensino superior (IES), sendo 26 públicas e 152 privadas.

Para Gomes (2011, p. 56), essas Universidades viviam de formas isoladas no espaço nacional e posteriormente passaram a fazer acordos internacionais, tendo como exemplo a UFPA que na década de 1970 passou a receber alunos da Colômbia, do Peru e Equador, nos programas de Pós Graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA.

Compreende-se que a educação superior é de suma importância; sem ela, estamos condenados a uma situação de marginalização e exclusão. Portanto, considerando todo o potencial de recursos naturais e a extensão territorial, a Amazônia não pode mais continuar sendo apenas um ambiente de exploração pelo resto do Brasil e do mundo. Para garantir seu futuro, a Amazônia necessita de uma educação de qualidade, de ciência, tecnologia, visão para a sustentabilidade, preservação ambiental e desenvolvimento. Em outras palavras, a Amazônia precisa de grandes centros universitários.

Segundo Mello (2007, p. 40) é inegável que o maior ato de inteligência da elite dos países desenvolvidos que lideram a revolução científica- tecnológica, foi investimento altíssimo em universidades, acarretando uma base sólida para o progresso do conhecimento e da formação profissional. Neste sentido, Mello (2007) destaca que os países periféricos, como Brasil e no âmago a Amazônia, para sair dessa condição de subdesenvolvimento, teriam que fazer igualmente, prezar pela construção de Universidades de qualidade, de conhecimento, para assim promover melhores condições para o futuro.

Em palavras duras, mas cheias de sentido, “a Amazônia é a periferia da periferia” (Mello, 2007, p.42). A periferia de uma nação que se proclamou independente de Portugal e mantendo no poder o filho da representação do colonizador, manteve-se um império elitista, mantém até hoje a prepotência no jogo político, fez uso de diversos golpes de estado para interromper sucessivamente o processo de democratização, concentra renda e riqueza, não faz reforma agrária, investiu na ignorância e na alienação do povo. Neste sentido, concorda-se com Mello (2007, p. 42) quando ele destaca todas as características ruins do Brasil e o considera a

periferia do mundo, sendo assim a Amazônia na condição de periferia da periferia. Logo, pensar na reinvenção da Amazônia é necessário.

Nesse sentido, a universidade precisa reinventar a Amazônia, e para isso deve vencer a utopia da incorporação da sociedade por meio do uso do conhecimento e da educação de qualidade. Mello (2007, p. 46) aponta que somente através do conhecimento, aliado a uma dose de sabedoria política, a Amazônia poderá ser preservada, defendida, desenvolvida, modernizada, interligada e resgatada.

A universidade na Amazônia tem o papel de viabilizar uma sociedade que respeite a floresta e os rios, promovendo uma economia tropical sustentável e uma unidade ecológica na diversidade ambiental. Em outras palavras, a universidade deve tornar a Amazônia moderna, alternativa, sustentável, integrada, progressista e, prioritariamente, plural.

Entendendo que não é uma tarefa fácil, mas para a Universidade reinventar a Amazônia teria que primeiro reinventar a si mesma. Para Mello (2007, p.47), essa reinvenção da Universidade só seria possível apenas se reinventar a sua visão de mundo, a suas motivações, as práticas acadêmicas, a sua pedagogia, a sua política de interesses, os programas de estudos, os métodos de ensino-aprendizagem, as formas de acesso ao conhecimento, as relações acadêmicas, a sua organização interna e a sua relação com o mundo.

Essa metamorfose da universidade necessitaria de uma releitura profunda da Amazônia. Na qual teria que se olhar para suas especificidades, limites, dependências e riquezas. Logo, a Universidade na Amazônia teria que seguir um modelo de desenvolvimento de base decolonial, ou ainda, um desenvolvimento de base local, moderno e autossustentável, filosoficamente assegurado na riqueza cultural da região e principalmente comprometido com o progresso dos amazônicos.

Neste sentido, a UFPA surge com a missão de “desenvolver a educação, as ciências e a tecnologia no território Amazônico e brasileiro” (Pereira, 2023, p.35). A UFPA foi criada também para atender a necessidade embalada pelos planos nacionais



de desenvolvimento liberal arrastado para a Amazônia, no intuito de mão de obra especializada para trabalhar na industrialização da Amazônia.

Segundo Dias, Coelho e Santos (2004, p.37), tanto a Constituição da UFPA como a interiorização dos cursos estavam muito bem alinhados com o plano desenvolvimentista do Governo Federal de tornar a região Amazônica uma área de grande fornecimento de recursos de capital nacional e internacional. Percebe-se que a interiorização da UFPA foi uma forma também de inserir a Amazônia no mercado nacional.

Ainda, segundo Dias, Coelho e Santos (2004, p.37), as políticas de atrelar a Amazônia ao mercado nacional são mais evidentes na ocorrência do Consenso de Washington (1989), no qual organismos internacionais orientaram os Estados Nações, a reduzirem investimentos nas áreas sociais. O plano dos governantes brasileiros foi oposto a estas orientações e investiram na interiorização da educação no país.

Embora seja encarada com otimismo essa contraposição dos governantes brasileiros frente às agendas internacionais de 1989, é importante problematizar a questão da função social da universidade na Amazônia frente a essa proposta de desenvolvimento liberal. E mais, segundo Dias, Coelho e Santos (2004, p.37), a interiorização da Universidade não foi apenas um ato de contraposição do governo perante as recomendações do Banco Mundial e outros órgãos internacionais, ela também ocorre por conta da enorme pressão social dos povos dos interiores e pela organização política vivida no Brasil no período em questão.

De acordo com Coelho (2008, p. 76), na Amazônia, a mobilização social cresceu com a mudança de direção política dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), colônias de pescadores, movimentos de mulheres trabalhadoras e partidos de esquerda, como o Partido Comunista do Brasil e o Partido dos Trabalhadores, além das Comunidades Eclesiais de Base Católica. Para a autora, essas organizações carregavam em seu âmago o desejo de democratizar as instituições do Estado, exercendo forte influência nas políticas públicas de saúde, moradia e educação, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação superior. É importante destacar que a demanda pelo



ensino superior era latente, principalmente no interior da Amazônia, devido ao baixo número de mão de obra qualificada e à expressiva presença de professores leigos.

É de suma importância destacar que, segundo Coelho (2008, p. 76) é no interior da Amazônia que se concentra uma frente de oposição ao regime militar brasileiro, com ênfase na guerrilha do Araguaia. Ainda de acordo com Coelho (p. 84), os militares demonstravam uma enorme preocupação, especialmente na região amazônica, em estabelecer uma base sólida para a reprodução do capitalismo moderno. É durante a fase mais dura do regime autoritário que, segundo a autora, a UFPA se torna pioneira ao iniciar a política de interiorização do ensino superior no Pará. Esse marco é considerado de grande valia para o acesso ao ensino superior na Amazônia. O ato normativo que dá origem a essa iniciativa é a resolução de nº 39 de 1970, que autoriza a criação do Centro de Educação e dá início ao núcleo de educação em Santarém e Macapá.

Percebe-se que a UFPA tem como principal contribuição o desenvolvimento da Amazônia, mas importante destacar de que tipo de desenvolvimento essa instituição está atendendo. Uma vez que, comumente, é natural que a noção de desenvolvimento esteja entrelaçada com a economia, sendo uma das principais preocupações da sociedade.

É amplamente apresentado a nós que uma região ou país desenvolvido é aquele que mantém uma continuidade econômica satisfatória, mas o conceito de desenvolvimento vai além dos simples vínculos com o viés econômico.

Segundo Silva, Silva e Rodrigues (2020, p.54), existe um debate fortemente ligado ao conceito de desenvolvimento, os autores citados mencionam que existem conceitos em disputa entre o desenvolvimento. O primeiro relacionado ao viés econômico e financeiro que são fruto das concepções ultraliberais, que incentivam a concorrência e se fundamenta no mais puro darwinismo.

O segundo conceituado como desenvolvimento sustentável, uma corrente mais fraca segundo os autores, mas defendida por uma parcela de intelectuais, e que prega a noção de desenvolvimento não pode comprometer os interesses das gerações

futuras. Os autores ainda contribuem que:

Esse embate ainda é bastante restrito; a tese do desenvolvimento econômico e financeiro, sustentado nas bases do liberalismo, nos moldes laissez-faire, ainda é hegemônica, sendo pouco perceptível a perspectiva do desenvolvimento sustentável, principalmente nos meios governamentais. Percebe-se, no contexto nacional, essa região do país, há um discurso robusto em relação ao desenvolvimento sustentável, contudo, quando se trata de implementação de políticas públicas, estas são bastante limitadas. (Silva, Silva e Rodrigues, 2020, p.55)

A Amazônia é vista como uma das regiões em que se mais alimenta discursos tanto no âmbito nacional como em esferas internacionais referente a sua defesa, seja esta ambiental, social, cultural ou em outras áreas. Todavia, concorda-se com os autores citados que embora a região amazônica seja tão manifestada nos discursos, ela é ainda pouco assistida por políticas públicas que fomentam o real desenvolvimento da região.

Nessa perspectiva, instituições públicas, como a UFPA, assumem um papel que vai além de sua função constitutiva. Elas enfrentam o desafio de oferecer soluções para as problemáticas de desenvolvimento da Amazônia por meio da produção de conhecimento.

De acordo com Pereira (2022, p. 36), a universidade possui três funções: a primeira é o ensino, a segunda é a pesquisa e a última é a extensão, todas voltadas para a produção de ciência e tecnologia, a formação de trabalhadores e a educação cívica para a cidadania. Ao articular essas três funções, ressalta-se a importância da função social da universidade. Acredita-se que essa articulação na função social da universidade pública tem contribuído, ainda que de maneira lenta, para o processo de formação de mão de obra e para a produção de ciência e tecnologia na região amazônica.

Todavia, concorda-se com Silva, Silva e Rodrigues (2020), quando eles apontam que a Universidade precisa mergulhar nos desafios da região Amazônica, mas também



se firmar como interlocutores para articulações com o resto do país e buscar benefícios para proveitos de todos e não apenas de uma pequena minoria elitista.

A universidade precisa, no entanto, ir além, mergulhar nos desafios que a região apresenta, seja na dinâmica geográfica, na diversidade de sua população, nos embates ambientais ou ainda na busca de se apropriar do meio de seus intelectuais, fazer-se interlocutora, visando se afirmar como espaço regional capaz de se posicionar frente ao resto do mundo e colocar esse proveito em benefício de todos. (Silva, Silva e Rodrigues, 2020, p.60)

Diferentemente da maioria das universidades privadas, que atendem à lógica do desenvolvimento liberal, o papel da universidade pública deve seguir rumos distintos. Embora existam casos de campi da UFPA que se constituem inteiramente para atender a uma demanda específica do mercado de trabalho da região, essa abordagem, em sua gênese, pode ser aceitável, mas não deve se perpetuar. Essa lógica resulta na produção de uma universidade “voltada para o mercado” e “de costas para a sociedade”.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No tocante ao método da pesquisa esta terá característica de pesquisa bibliográfica e entendemos que a pesquisa é necessária quando não se consegue obter respostas para determinadas situações. Todavia, ela não se faz de qualquer forma, existe uma série de propósitos, abordagem, técnicas e procedimentos. A pesquisa bibliográfica é uma metodologia entre as diversas existentes, ela é o que inicia qualquer pesquisa científica, pois com ela o pesquisador começa sua busca em obras que possam ajudar a analisar o tema referente a pesquisa realizada (Sousa, Oliveira e Alves, 2021, p. 65).

As fontes para esta pesquisa foram selecionadas com base em sua pertinência ao tema da pesquisa, que se concentra na qualidade da educação superior na Amazônia, especialmente na UFPA. Fontes que abordam diretamente aspectos



educacionais, socioeconômicos e culturais da região foram priorizadas. E mais, as fontes escolhidas incluem publicações de autores reconhecidos na área de educação, sociologia e estudos amazônicos, além de documentos institucionais, relatórios de pesquisa e artigos em revistas científicas. Isso garante a confiabilidade das informações e a qualidade do conteúdo analisado.

Inicialmente foi realizado levantamento bibliográfico em artigos científicos, livros e periódicos tanto impresso como digitais para dar maior fundamentação teórica à pesquisa. O foco do levantamento bibliográfico foi nas bibliotecas online de maior relevância da comunidade acadêmica. No tocante das abordagens de como os dados foram analisados, foi no viés de pesquisa qualitativa, pois a pesquisa quantitativa de característica nomotética não atende as necessidades desta pesquisa.

A análise começou com uma leitura preliminar das fontes selecionadas para identificar os principais temas e questões emergentes, essa etapa ajudou a formular perguntas de pesquisa mais específicas e traçar o objetivo. O objetivo foi analisar as contribuições da Universidade Federal do Pará- UFPA frente ao desenvolvimento da Amazônia. Assim, foi necessário compreender quais são os tipos de desenvolvimentos; apresentar os conceitos de desenvolvimento em disputa; e verificar quais os impactos da instituição para o desenvolvimento da Amazônia.

Essa abordagem metódica garantiu que a análise fosse rigorosa e bem fundamentada, permitindo uma compreensão aprofundada da qualidade da educação superior na Amazônia e o papel da UFPA no contexto de desenvolvimento da região amazônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de desenvolvimento do interior do Brasil ainda tem na Amazônia o seu principal desafio, isso por conta da extensão territorial, da geografia, da diversidade cultural, e do contexto histórico-social da população. Pensar em desenvolvimento para a Amazônia brasileira é uma tarefa importantíssima e

necessária. Todavia, é importante salientar que esse desenvolvimento tem que se aproximar mais das perspectivas de desenvolvimento sustentável e não apenas atrelado às concepções do mercado.

Neste sentido, a Universidade Pública, gratuita e democrática é imprescindível para se pensar em desenvolvimento da Amazônia para além do capital, haja vista que cada vez mais essas instituições têm se mostrado relevantes não só para o ensino ou disseminação do conhecimento, mas também para melhorar as condições sociais, culturais, políticas e auxiliando nas resoluções de problemas históricos que nossa sociedade enfrenta.

A UFPA oferece uma ampla gama de cursos de graduação e pós-graduação, formando profissionais qualificados em diversas áreas, tais formações são essenciais para atender às demandas do mercado de trabalho local e regional, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia. A UFPA também é um importante centro de pesquisa na região, focando em temas relevantes para a Amazônia, como biodiversidade, sustentabilidade, desenvolvimento social e econômico, saúde pública e gestão de recursos naturais. As pesquisas realizadas na universidade ajudam a promover soluções para problemas locais e globais.

Logo, a UFPA assume um papel que vai muito além da sua constituição, que é a resolução dos problemas ocasionados por todas essas exigências que o sistema capitalista impõe, através da produção e disseminação do conhecimento. Acredita-se ainda que cada vez mais a UFPA esteja tornando a Amazônia moderna, alternativa, sustentável, integrada, progressista e prioritariamente plural. E mais, a UFPA se envolve ativamente em projetos de extensão que visam levar o conhecimento e as inovações científicas para as comunidades locais. Esses projetos ajudam a melhorar a qualidade de vida das populações amazônicas, abordando questões como educação, saúde, agricultura e meio ambiente.

Por fim, a universidade promove práticas de desenvolvimento sustentável, integrando a preservação ambiental com a promoção do desenvolvimento econômico.



Isso é particularmente importante na Amazônia, onde a exploração dos recursos naturais deve ser feita de forma responsável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ruy Guilherme Castro de. O papel dos Engenheiros e matemáticos na História do ensino de Física no Pará (1931-1970). Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10072007-100501/pt-br.php>>. Acesso em 28 de nov. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Disponível em: < <https://drive.google.com/file/d/1QA0pf8xCCOghDI4qrKgV-UgLmm-hF-Hs/view> >. Acesso em: 29 de abr. 2024

CASTRO, Edna. **TRADIÇÃO E MODERNIDADE: A PROPÓSITO DE PROCESSOS DE TRABALHO NA AMAZÔNIA**. Disponível em: < <file:///C:/Users/igore/Downloads/edna%20castro%20tradi%C3%A7%C3%A3o%20e%20modernidade.pdf>>. Acesso em: 15 de abr. 2024

COELHO, Maria do Socorro da Costa. **Nas Águas o Diploma: O olhar dos Egressos sobre a Política de Interiorização da UFPA em Cametá-PA**. Disponível em: < <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10046> >. Acesso em: 16 de abr. 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas**. Disponível em: < <https://books.scielo.org/id/j5cv4/pdf/lima-9788575416129-07.pdf> >. Acesso em: 16 de abr. 2024

DIAS, A. L. B; COELHO, M. S.; SANTOS, F. A. **A Política de Interiorização da Universidade Federal do Pará no Município de Cametá – PA**. Olhar de Professor, vol. 7, núm. 2, 2004, pp. 35-46. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/684/68470204.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios**. Cadernos Cedes, Campinas v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

FONSECA, Marília. **Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social**. Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009 153. Disponível em;< <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a02>>. Acesso em: 10 jun. 2024.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Izabel Cristina Colares. **O Processo de Criação de Uma universidade para Amazônia**: os bastidores da constituição da UFOPA (2011). Disponível em :< https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2934/1/Dissertacao_ProcessoCriacaoUniversidade.pdf > . Acesso em: 09 de abr. de 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA E SOCIAL (IPEA). **Brasil: o estado de uma nação**. Brasília, DF: IPEA, 2006.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. Expressão Popular. 2019.

LIMA, Nara Maciel Falcão. **ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA**: desafios e possibilidades do ensino superior na região norte. Disponível em :< <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/ensino-superior-na-amazonia-desafios-e-possibilidades-do-ensino-superior-na-regiao-norte.pdf> > . Acesso em: 30 de mar. de 2024.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. **Ensino Superior no Brasil**: Da descoberta aos dias atuais. Disponível em :< <https://www.scielo.br/j/acb/a/8jQH56v8cDtWGZ8yZdYjHHQ/> > . Acesso em: 30 de mar. de 2024.

MELLO, Alex Fiúza de. **Para Construir Uma Universidade Na Amazônia**: realidade e Utopia. Edufpa, 2007.

PEREIRA, D. de F. F.; PEREIRA, E. T. **Revisitando a história da educação popular no Brasil**: em busca de um outro mundo possível. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 10, n. 40, p. 72-89, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i40.8639807. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639807>. Acesso em: 9 fev. 2023.

PEREIRA, Wagner Ferreira. **UNIVERSIDADE E TRABALHO**: reflexões sobre o processo formativo dos servidores técnico-administrativos em educação dos campi da UFPA. Acesso em: < <https://www.ppgeduc.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e->



[dissertacoes/dissertacoes/639-dissertacoes-de-mestrado-em-educacao-e-cultura-turma-2021](#)> Acesso em: 29 nov. 2023

ROTHEN, J. C. **A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931.** Revista Brasileira de História da Educação, v. 8, n. 2, 2008. pp. 141-160. Disponível em: <<https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38581>>. Acesso em : 29 nov. 2023.

SILVA, G. P.; SILVA, J. B. C.; Rodrigues, D. S. **A universidade frente ao desenvolvimento da Amazônia.** In: SILVA, J. B. C.; SILVA, G. P. (Org.). Universidade e trabalho no Brasil: a formação do trabalhador Amazônida em foco. Curitiba: Appris, 2020. (p. 33 – 75).

SEMESP. Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior de São Paulo. **Mapa do Ensino Superior no Brasil.** 13° ed. (2023) Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/mapa/>>. Acesso em: 07 de abr. de 2024.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos.** Disponível em:<<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>> Acesso em : 31 de mar. de 2023.

SOUZA, J. G. **Evolução Histórica da Universidade Brasileira.** Revista da Faculdade de Educação, Campinas, V. 1, n.1, p. 42.58, Agosto/1996.

WOLTER, Roberto Henrique. **O ENSINO SUPERIOR NA ERA VARGAS.** Disponível em:<https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/HID_EaD/article/view/1472>. Acesso em : 29 de nov. de 2023.

Data da submissão: 20/09/2024

Data do aceite: 10/10/2024